



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III - GUARABIRA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

JUCELINA HELLEN SANTOS DA COSTA

**A NECESSÁRIA PARCERIA ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA: CONTEXTO,
DESAFIOS E AÇÕES**

**GUARABIRA
2024**

JUCELINA HELLEN SANTOS DA COSTA

**A NECESSÁRIA PARCERIA ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA: CONTEXTO,
DESAFIOS E AÇÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso ou Dissertação
ou Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Pedagogia da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciada em Pedagogia

Orientador: Prof. Dra. Gillyane Dantas dos Santos

**GUARABIRA
2024**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C837n Costa, Jucelina Hellen Santos da.

A necessária parceria entre família e escola [manuscrito] : contexto, desafios e ações / Jucelina Hellen Santos da Costa. - 2024.

43 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2024.

"Orientação : Prof. Dra. Gillyane Dantas dos Santos, Departamento de Educação - CH".

1. Criança. 2. Relação família e escola. 3. Educação infantil. I. Título

21. ed. CDD 372.210981

JUCELINA HELLEN SANTOS DA COSTA

A NECESSÁRIA PARCERIA ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA: CONTEXTO,
DESAFIOS E AÇÕES

Monografia apresentado à
Coordenação do Curso de Pedagogia
da Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do
título de Licenciada em Pedagogia

Aprovada em: 13/11/2024.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Gillyane Dantas dos Santos** (***.938.874-**), em **22/11/2024 07:29:35** com chave **ab2c8650a8bc11ef98c52618257239a1**.
- **Jaqueline Leandro Ferreira** (***.921.584-**), em **22/11/2024 11:44:37** com chave **4c3c1880a8e011efb80b1a1c3150b54b**.
- **Francineide Batista de Sousa Pedrosa** (***.385.164-**), em **22/11/2024 07:34:12** com chave **5088fdeaa8bd11efbb5106adb0a3afce**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QrCode ao lado ou acesse https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Termo de Aprovação de Projeto Final

Data da Emissão: 29/11/2024

Código de Autenticação: bf68fb



DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus e a Isabela, cujo nome significa “consagrada por Deus”, que em junção são minhas fortalezas para ter chegado até aqui.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por todos os direcionamentos e ensinamentos concedidos, assim como também por ter sido a minha fortaleza perante os obstáculos presentes em momentos desafiadores na trajetória deste curso e na minha vida.

Agradeço imensamente a Professora Gillyane Dantas dos Santos por todos os ensinamentos que ajudaram a conduzir os meus passos durante a construção deste trabalho, e acima de tudo por ser um exemplo de educadora a qual poderei me espelhar de maneira profissional e humana no prosseguimento da minha trajetória.

Mesmo diante de todos os desafios e dificuldades presentes na finalização deste curso, sou grata também por eu não ter desistido, mas sim por continuamente buscar persistir a partir dos meus objetivos o progresso da minha carreira profissional.

Por fim, agradeço imensamente também a minha família, as minhas amigas da faculdade, ao meu companheiro e professores que fizeram parte da minha vida estudantil por terem me incentivado e motivado durante todo o percurso da construção do trabalho.

RESUMO

A relação entre família e escola quando bem estabelecida contribui e influencia o processo de desenvolvimento infantil vivenciado pela criança dentro dos espaços escolares. De modo específico, este estudo tem como objetivo analisar o contexto escolar diante de suas percepções estabelecidas sobre a participação da família, bem como as suas ações para a promoção da relação família e escola na Educação Infantil. Em termos metodológicos, foram direcionados a pesquisa qualitativa que de maneira específica destinou a pesquisa de bibliográfica e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica foi guiada com base em autores contribuinte a linha de pesquisa, como Kramer (1999), Oliveira (2011), Kuhlmann (2010), Szymanski (2003), Paniagua e Palacios (2007) e Oliveira e Araújo (2010) os quais sustentaram a fundamentação das análises conforme os tópicos referenciais em destaques à Educação Infantil; Família-escola; Criança e Infância. No que tange a pesquisa de campo, foi desenvolvida na instituição escolar que oferece a modalidade de creche, sendo a instituição sujeita principal da pesquisa dentre sua participação para a coleta de dados. Com isso, utilizou-se como instrumento técnico a entrevista, que objetivou dialogar sobre a relação família-escola consoante ao objetivo de estudo a partir da colaboração de uma das contribuintes da instituição. Mediante as leituras feitas ao longo da construção desta pesquisa, foi possível identificar que mesmo com o reconhecimento da necessidade de uma articulação efetiva entre família e escola como elementos favorecedores do desenvolvimento integral da criança, os dados e as análises apontam que há um caminho a ser trilhado para que dessa forma concepções e compreensões que possam ser ressignificadas. Dito isso, é indispensável a promoção de ações escolares condizentes à articulação e participação da família dentro do contexto escolar, que em finalidade busque construir e ampliar uma relação compatível, interativa, participativa e colaborativa em necessidade de beneficiar principalmente o desenvolvimento integral da criança.

Palavras-Chave: Criança; Família; Escola; Educação Infantil.

ABSTRACT

When the relationship between family and school is well-established, it contributes to and influences the process of child development experienced by children within school spaces. Specifically, this study aims to analyze the school context in terms of its perceptions of family participation, as well as its actions to promote the family-school relationship in Early Childhood Education. In methodological terms, qualitative research was conducted, specifically bibliographical research and field research. The bibliographical research was based on authors who contributed to the line of research, such as Kramer (1999), Oliveira (2011), Kuhlmann (2010), Szymanski (2003), Paniagua and Palacios (2007) and Oliveira and Araújo (2010), who supported the foundation of the analyses according to the referential topics in Childhood Education; Family-school; Child and Childhood. With regard to the field research, it was carried out at the school institution that offers daycare, with the institution being the main subject of the research through its participation in data collection. The technical instrument used was the interview, which aimed to discuss the family-school relationship in line with the objective of the study, based on the collaboration of one of the institution's contributors. From the readings carried out during the course of this research, it was possible to identify that even with the recognition of the need for a family-school relationship, there is still a need for a more flexible approach the data and analysis show that there is a path to be followed so that conceptions and understandings can be reframed. That said, it is essential to promote school actions that are consistent with the articulation and participation of the family within the school context, which ultimately seeks to build and expand a compatible, interactive, participatory and collaborative relationship in order to mainly benefit the child's integral development.

Keywords: Child; Family; School; Early childhood education.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	PERCURSO METODOLÓGICO.....	13
3	A CRIANÇA E O DIREITO À EDUCAÇÃO	15
4	TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA GARANTIA DE DIREITOS.....	17
5	A FINALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL	20
<i>5.1</i>	<i>O papel da creche na garantia do direito à educação da criança.....</i>	<i>21</i>
6	FAMÍLIA E ESCOLA: UM OLHAR SOB SEUS PAPÉIS A PARTIR DAS SUAS INTENCIONALIDADES NA EDUCAÇÃO INFANTIL	23
<i>6.1</i>	<i>A compreensão da escola sobre a participação da família na vida escolar da criança</i>	<i>25</i>
<i>6.2</i>	<i>Ações da escola para a promoção da relação com a família.....</i>	<i>33</i>
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
	REFERÊNCIAS	40
	APÊNDICES.....	42

1 INTRODUÇÃO

Com o passar do tempo, em meio as lutas sociais pela proteção infantil, novos contextos foram surgindo. Em desenvoltura a esses momentos, no contexto brasileiro a concepção que hoje reconhecemos como criança enquanto um ser social ativo, criativo e de direitos só afirma mediante arranjos legais como a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990.

Esse processo de conquista de direitos apontou ainda para a criança como sujeito integral que está em sociedade vivenciando relações que devem propiciar o seu desenvolvimento. Ou seja, que ela esteja inserida em contextos e interações capazes de aprimorar suas capacidades afetivas, cognitivas, físicas e emocionais. Diante disso, é indubitável a dependência que a criança possui do adulto, visto que, este se configura como responsável pela mediação em variados aspectos, ambientes e etapas.

Nesse contexto, o núcleo familiar, sendo a primeira instituição social da criança possui grande influência e responsabilidade sobre o processo de desenvolvimento em todos os seus aspectos que engloba a desenvoltura da criança, sobretudo a educação, que se constitui enquanto os ensinamentos de princípios familiares, como respeito, obediência, convivência, entre outros aspectos.

A presença de ações educativas na vida da criança permite que a mesma construa seu papel como cidadão, o qual vai além dos conteúdos sistematizados, em que oportuniza vivências que contribuam para o direcionamento e potencialização de habilidades e competências por meio do processo de aprendizagem.

Quanto ao direito à educação, a Educação Infantil também foi se constituindo enquanto responsável pela regulamentação e oferta de espaços e experiências educacionais; Nesse sentido, este espaço deve constituir de uma equipe responsável pelo estabelecimento, ou seja, professores, gestores e entre outros, para assegurar o processo de desenvolvimento pleno da criança.

No entanto, para que isso seja efetivado, necessita-se que ambas instituições, família e escola, estejam interligadas em suas finalidades sobre a criança. Desta maneira, é necessário que os pais/mães/responsáveis construam uma parceria com a escola, sendo essa construção uma via de mão dupla em que possam assumir a responsabilidade na garantia de direitos básicos da criança. Entretanto, a realidade que se apresenta em algumas escolas aponta para uma carente relação, visto que perante as duas instituições, presencia desafios que refletem consequência no alinhamento entre elas.

O estudo de pesquisa em vigência ocorreu com base na investigação da instituição que tem como oferta de modalidade a creche, em que nela foi buscado analisar de maneira geral como se

dava a relação família e escola na instituição. Por conseguinte, determinadas dificuldades encontradas estão ligadas na polarização da relação dessas instituições, visto que, por meio dessa divergência traz consigo bagagens de consequências que necessita ser analisada.

Neste estudo de pesquisa, buscou analisar como objetivo principal em questão problema qual a percepção estabelecida pela escola sobre a participação da família na Educação Infantil? Dito isso, a pesquisa em questão por finalidade analisar a compreensão da escola sobre a participação da família no contexto escolar, junto as ações que a escola estabelece para a promoção da relação participante da família no estabelecimento de ensino assim como na vida escolar da criança.

De maneira específica a pesquisa dedicou-se em: a) estabelecer discussões sobre a Educação Infantil; b) refletir acerca da indissociabilidade entre a família e escola; c) investigar a compreensão da escola frente a necessária articulação por meio da promoção de ações para a família na Educação Infantil.

Isto posto, é salutar apontar que a pesquisa justifica-se mediante preocupação em analisar como a escolar percebe a participação da família enquanto parceira no processo escolar. Tema que, mesmo com outros estudos se renova ao dedicar-se a ressaltar a necessária ação que a escola deve estabelecer na promoção e na manutenção dessa relação.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa é um processo de busca para evidenciar e comprovar determinados fatores em diversos campos e áreas existentes. Conforme Marconi e Lakatos (2003, p.155) “A pesquisa, portanto, é um procedimento formal; com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. Ou seja, configura em um estudo sistemático capaz de oferecer dados analíticos acerca de um tema, objeto ou realidade específica.

Desse modo, este estudo dispôs como finalidade analisar o olhar da instituição de ensino sobre a participação da família na Educação Infantil, que a partir disso, foi requerido analisar especificamente as ações ofertadas pela escola para a ascensão e manutenção da relação família-escola.

Para cada tipo de pesquisa existem diferentes métodos e técnicas capazes de oferecer meios para que os resultados sejam alcançados. Este trabalho é composto por pesquisar o contexto social direcionado a educação, dessa forma, é necessário técnicas que conduzam no processo de construção da criticidade, reflexão e observação relacionado ao que se pretende analisar sobre a verificabilidade de tal conhecimento científico.

Com isso, a pesquisa bibliográfica foi uma das metodologias para o desenvolvimento desse trabalho, visto que, fundamenta-se na importância de buscar fontes publicadas de determinadas autorias que estão vinculados na linha de pesquisa do determinado estudo, de modo ao qual possa abranger de maneira teórica os conhecimentos que estão destacados nos tópicos referenciais, como: educação infantil; família-escola; criança-infância e creche.

Segundo Marconi e Lakatos (2003) ao que tange a pesquisa bibliográfica, consta fundamentalmente do levantamento de fontes publicados por outros pesquisadores em diferentes espaços e meios que abrangem o tema de estudo, proporcionando uma nova perspectiva por meio das informações contidas em publicações. Dessa forma, este estudo buscou inicialmente ampliar as discussões considerando as produções de outros autores que dialogam diretamente com o objeto de estudo.

Face a isto, para o aprofundamento teórico alguns autores se constituíram de suma importância para complementar e fundamentar o estudo de pesquisa. A exemplo: a obra da autora Szymanski, “A relação família/escola: desafios e perspectivas” (2003), dialoga sobre a relação dos dois conceitos importantes que presentes na pesquisa: a família e a escola. Além desta, destaca-se também Garcia e Souza (2017), com a obra “A Relação Família-Escola Através dos Tempos”, que concedeu interessantes reflexões ao abordar os desafios históricos-sociais a respeito das instituições em meio a luta pela melhoria da articulação da relação.

No que tange a parte histórica da criança, infância, escola e Educação Infantil, o autor Kuhlmann Jr. (2010) em sua obra “Infância e Educação Infantil”, propõe olhares plurais de forma

sócio-histórica evidenciando o progresso e os papéis de ambas instituições, família e escola. Em completo, Paniagua e Palacios (2007) também trazem contribuições em “Educação Infantil: respostas educativas à diversidades”, que referencia de forma sócio-histórica da criança assim como também da família com base em suas características, concepções e ações em diferentes contextos e épocas da educação infantil.

Ao que tange o lócus da pesquisa, ocorreu no centro de educação infantil que concede a oferta na modalidade de creche, sendo este o sujeito principal dessa pesquisa. Desse modo, em busca de analisar a dinâmica entre as compreensões que a escola possui sobre a participação da família na educação infantil, optou-se pelo o instrumento técnico da entrevista. Tal instrumento se constitui pela busca de dados através da interação entre o entrevistado em virtude das motivações do que se pretender dialogar.

Na entrevista a colaboração se deu por meio de umas das contribuintes da instituição, por motivos de sua presença constante no estabelecimento de ensino, bem como sua ampla visão e responsabilidade de maior abrangência no estabelecimento. No entanto, com finalidade de preservar o nome público da colaboradora, foi atribuído um pseudônimo denominado Elizabeth e que será destacado conforme o seguimento das discussões abaixo.

A entrevista aconteceu na sala de gestão da referida unidade escolar, contando com a presença da pesquisadora e da colaborada. A interação deu-se por meio de um diálogo e foi gravada para que os dados fossem melhor aproveitados.

Estabelecidos os caminhos, os passos seguiram de: contato com a escola, assinatura dos documentos de aceite, termo de conhecimento e livre esclarecimento, elaboração do roteiro de entrevista, coletiva de entrevista, transcrição, leitura e autorização da gestora escolar e análise de dados.

Importa destacar que necessitou de quatro idas à instituição entre assinaturas iniciais e autorização dos dados. Outro ponto a ser destacado refere-se ao roteiro de entrevista, este foi sistematizado a partir de questões e tópicos relevantes ao objeto de estudo. Para a elaboração do mesmo levou em consideração as leituras feitas acerca do tema, as vivências observadas no estágio, e as hipóteses levantadas quando surgiu a problemática.

Para o tratamento dos dados, após feita a transcrição da entrevista utilizou-se a metodologia de Análise de Conteúdo que Bardin (1977, p. 42) definida como

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência desconhecimentos relativos a condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Diante dos dados em análise foram também cruzadas as informações com as compreensões estabelecidas a partir dos autores lidos e das construções estabelecidas ao longo da pesquisa.

3 A CRIANÇA E O DIREITO À EDUCAÇÃO

A criança vista atualmente em nossa sociedade não é a mesma de como enxergavam em outras determinadas épocas anteriores ao final do século XX, visto que, essa invisibilidade encontrava-se presente por a criança não possuir o conhecimento e reconhecimento de sua identidade dentro da sociedade, nem tampouco eram assegurados os seus direitos, diferentemente da atualidade ao que concerne o período de desenvolvimento que a criança atualmente denominado como infância.

Condizente a Souza, Sobrinho e Herran (2017, p. 117), aborda que “As crianças receberam diferentes representações ao longo da história da humanidade, a depender das diversas significações a elas destinadas; o significado à criança é dado pela representação que o adulto dá a ela em suas relações”. Face a isto, é válido destacar que seu cotidiano era somente com adultos, ou seja, pessoas que faziam parte de sua família e vivência, que em determinadas situações a partir desse vínculo as crianças já eram subordinadas a desempenhar atividades em referência a fase adulta.

A forma como enxergam a infância determina o contexto organizacional que se encontra a sociedade. Souza, Sobrinho e Herran (2017, p. 119) ressaltam que

Neste sentido, entende-se que a criança percorreu a história da humanidade recebendo diferentes tratamentos em função das diferentes relações estabelecidas no seio das sociedades, o que produziu formas distintas de compreender a infância e de se perceber a forma como as crianças integram o espaço social a partir do tempo-espaço de cada época, local e peculiaridades.

A concepção e compreensão sobre a criança juntamente ao asseguramento dos seus direitos, vem sendo construída conforme a uma determinada junção de fatores históricos, sociais e políticos, no qual ressignifica e representa significativamente. Face a isto, é necessário considerar que o direito à educação se constituiu de lutas sociais e políticas para que este se estendesse a todas as crianças em suas diferentes idades e situações sociais.

No Brasil, a Constituição Federativa do Brasil de 1988, em seu processo histórico de redemocratização, buscou determinar e assegurar os direitos dos cidadãos de maneira geral destinado a áreas da saúde, educação e entre outros, que de maneira específica se constituiu como primeira legislação que reconhece e garante normativamente a cidadania da criança elencando assim alguns dos direitos sociais a elas conferidos.

De modo mais detalhado, em seu art. 7º a Carta Magna reconhece que a criança e o adolescente têm direito à proteção, à vida, à saúde e a educação, que em junção proporcionam a ela o desenvolvimento em condições de digna existência. Com base nisso, tornou-se necessária a elaboração de um outro documento capaz de apontar o mios e o detalhe dos direitos dirigidos às

crianças e aos adolescentes, a saber: o Estatuto da Criança e do Adolescente institucionalizado pela lei nº 8.069 de 1990.

No Capítulo IV do documento, mais precisamente no Art. 15 é apontado que “a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis”. Fomentando e ampliando dessa forma o asseguramento e reconhecimento político, civil, social e cultural da criança.

Conforme Kuhlmann (2010, p. 30) “É preciso conhecer as representações de infância e considerar as crianças concretas, localizá-las nas relações sociais, etc., reconhece-las como produtoras da história”. Dessa forma, determinados contextos levaram a necessidade de garantir por meio de regulamentações reconhecimentos sobre a criança na sociedade juntamente a ampliar os seus olhares sobre a sua etapa de desenvolvimento.

Referente a isso, com base nos respectivos estudos de pesquisas destinado a criança, a infância no atual século XXI, é designada como período em que o ser humano constrói mecanismos cognitivos, físicos e emocionais como fatores necessários para que a criança desenvolva em variados aspectos. Tais desenvolvimentos ocorrem em diversos ambientes, principalmente ambientes como a família e a escola, as quais são instituições socioeducativas que se complementam na mediação no desenvolvimento da criança.

Fundamentalmente a criança necessita construir o que se destaca ao seu desenvolvimento integral, o que designa a formação plena, em suas particularidades comportamentais e habilidades formativas em que são construídos interdependentes. Desse modo, para que seja atendido essa necessidade, é visto a importância de se ter assegurado na sociedade o seu direito à educação, principalmente estando ligada a uma determinada etapa específica a ela destinada, para dessa maneira poder vivenciar e ser conduzido o seu processo de desenvolvimento.

Quando se trata do direito à educação, a educação infantil se constitui como fase primária das etapas da educação básica, tornando-se essencial que a criança seja assistida de maneira educacional e assistencial de maneira permanente. Desta forma, é salutar compreender a trajetória percorrida dessa etapa da educação básica em prol da garantia do direito da educação das infâncias.

4 TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA GARANTIA DE DIREITOS

A Educação Infantil se constitui enquanto primeira etapa da Educação Básica em meio a contextos de disputas e conflitos sociais, políticos e econômicos. Junto ao reconhecimento da criança enquanto sujeito de necessidades específicas, as instituições de amparo e atendimento ao bem-estar foram proporcionando às crianças um atendimento ainda social, mais tarde também educacional.

No entanto, anterior a isso, a educação era composta por marcadores de estratificação social condicionavam a garantia do direito à educação das crianças. Quando retrata-se a uma entidade de modelo filantrópico, sendo pertinente até a atualidade, refere-se a uma funcionalidade assistencialista, prestativa e benevolente para indivíduos que carecem exclusivamente de determinadas necessidades ou exposto em alguma eventualidade dentro do contexto social de forma discriminativa.

Esse modelo por vezes foi garantido diretamente não como um direito social que o poder público pudesse conceder por meio de políticas públicas, mas sim como uma ação prestativa à criança e à própria família responsável.

Outrossim, refere-se que, modelo como esse não garante à criança metodologias voltadas para a educação, mas somente para os cuidados que fossem essenciais para garantir a sobrevivência da criança parcialmente. Referente a isso, Aguiar (2001, p. 3-4, grifo do autor) afirma que

Ao afirmarmos que as creches possuíam um cunho assistencialista, pois que surgiram como meios paliativos para a sociedade, para tirar crianças pobres e órfãs das ruas, estamos entendendo que o “o assistencialismo é uma das atividades sociais que historicamente as classes dominantes implementaram para reduzir minimamente a miséria que geram e para perpetuar o sistema de exploração.

Dentre isso, a educação era compartilhada conforme a classe social que a criança estivesse inserida, enquanto crianças de classe baixa possuíam um modelo assistencialista, isto é, somente atendimento as necessidades humanas, a criança de classe alta por outro lado adquiriram um modelo escolar privado e direcionado para o lado formativo, dentro do que perpetuou durante anos denominado como “jardim de infância”.

Continuamente Kuhlmann Jr (2010, p. 166) afirma que o “O assistencialismo foi configurado como uma proposta educacional específica para esse setor social, dirigida para a submissão não só das famílias, mas também das crianças de classes populares”. Esse tipo de proposta se fez presente e teve força no Brasil até a década de 1990, ela fazia com que os espaços de atendimento infantil fossem estruturalmente criados com perspectivas e práticas unicamente assistencialistas, excluindo assim o outro ato primordial que é a educação.

Nessa conjuntura, é visto que, a ausência de atividades educativas era pertinente nos

estabelecimentos dessa etapa. Kuhlmann Jr (2010, p. 188) retrata que “A polarização entre assistencial e educacional opõe a função de guarda e proteção à função educativa, como se ambas fossem incompatíveis, uma excluindo a outra”. Com relação a isso, quando se trata de desigualdade social junto a concepções educacionais, consideramos divergências dentro da educação oferecida com base nas concepções, modelizações, possibilidades, rede de apoio e conseqüentemente renda econômica que a escola era condicionada a suprir determinados problemas do cotidiano da sociedade, principalmente a classe popular.

Dentre essas ocasiões, direcionava aos pais/mães/responsáveis considerar a instituição escolar como local de refúgio, mas dificilmente como formação, uma vez que, por meio desse modelo filantrópico, a primeira etapa da educação foi sendo estigmatizada como uma instituição de caridade, na qual concedia amparo e benevolência as famílias.

Os indivíduos em prol de seus direitos na sociedade, realizaram determinadas articulações no que diz respeito a reivindicação de seus direitos na sociedade, sendo um deles o asseguramento do direito à educação. Diante destes fatos, deste então vem sendo conduzido a partir de documentos normativos e mudanças constitucionais na educação brasileira.

Com finalidade de organizar o sistema educacional, um deles foi sendo norteado a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.393 de 1996 destaca em seu art. 29 que “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. Efeito a isso, a LDB (1996) propõe organizá-la de forma que a criança tenha como garantia uma educação que tenha como finalidade a promoção do desenvolvimento integral da criança.

Conforme a LDB 9.394 de 1996, a Educação Infantil deve ser oferecida em duas modalidades denominadas de creche e pré-escola. Importa, portanto, ressaltar que o que hoje denominamos como creche, acompanha ainda parte do imaginário social que configura a esse espaço educacional um lugar de asilo¹ infantil, como eram denominadas as instituições de assistência (Kramer, 1999).

No entanto, por mais que se tenha obtido um determinado avanço na trajetória da educação infantil, a realidade que está presente nas escolas ainda tornam-se vigentes a determinados desafios. Apesar das legislações, documentos norteadores e das ações ocorridas dentro desses espaços escolares ainda é possível perceber os resquícios de uma compreensão da creche enquanto espaço de assistência. Essa compreensão tanto se constitui pela família quanto também pelos profissionais que estão em exercício de suas funções tradicionais nas escolas, pois, boa parte deles fundamentam e deixam permanente práticas do modelo assistencialista em detrimento do caráter educacional.

Face a isto, ressaltamos que realidades como essa torna-se um guia contínuo relacionado

à persistência de determinados paradigmas referente às práticas assistencialistas dentro da educação brasileira. Tal situação, não garante efetivamente o direito educacional da criança diante do seu desenvolvimento integral, isto é, em sua desenvoltura física e afetiva, assim como também cognitiva, intelectual, social e cultural.

Com isso, para que possamos compreender determinados paradigmas, faz-se necessário analisarmos as finalidades da educação infantil a seguir, os quais demonstram as verdadeiras intencionalidades à funcionalidade educacional.

5 A FINALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil contribui tanto em termos quantitativos quanto em termos qualitativos para a sociedade, uma vez que, garante a milhares de crianças oportunidades de aprendizagem na construção do seu desenvolvimento e além disso, a depender de sua dimensão e intencionalidade, favorece positivamente na garantia dos seus direitos educacionais das crianças.

Nessa perspectiva, dentre as ações que garantam o desenvolvimento integral da criança, é necessário que diante dessa etapa as intencionalidades e finalidades devem preservar a junção das funções do cuidar e educar dentro de suas propostas pedagógicas, sendo ambos os atos indispensáveis na educação infantil.

A indissociabilidade entre o cuidar e o educar é uma das finalidades que a etapa da educação infantil preserva em sua finalidade de caminharem indissociavelmente, visto que, a partir delas garantidos os direitos das crianças a conviverem em um espaço educacional e de convivência coletiva. Diante disso, há uma diferenciação entre ambos os atos, o ato do cuidar geralmente está relacionado a promoção das necessidades básicas do bem-estar da criança, enquanto o ato de educar tendencialmente direciona-se para o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades, sendo desse modo, indissociáveis nas práticas cotidianas da criança.

Ademais, vale ressaltar os aspectos apontados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, promulgada em 2009. Esse documento estabelece normas orientadoras acerca da organização de propostas pedagógicas, que por meio de determinados princípios, sejam eles: ético, político e estéticos, seja garantido às crianças a acessibilidade de aprendizagens de qualidade, consolidando que a educação infantil é vinculada e indissociável ao cuidar e o educar de maneira articulada junto às propostas pedagógicas complementando também a base educacional familiar, respeitando também as determinadas diversidades presente no setor educacional por meio de suas ações organizacionais.

Desse modo, a educação infantil tem como finalidade que seja garantido sobretudo na unidade escolar a interação e vinculação da criança conforme as suas necessidades de aprendizagens, faixa etária e etapas, sendo elas conveniadas a realidade da criança em seus variados aspectos.

Nos espaços educacionais é notável a necessidade em garantir a socialização, convivência e experiência como tópicos principais para de fato concretizar aquilo que é direito da criança ser vivido, adquirido e aprendido na educação infantil, favorecendo o crescimento e a constituição cidadã da criança por meio de finalidades significativas.

Importa destacar que todas as finalidades da escola dentro da etapa da educação infantil serão seguidas pelas crianças conforme as expressões e manifestações do que é proposto nas

ações pedagógicas, isto é, por aquilo que a criança vivencia conforme a objetividade do que a escola costuma propor para ser desenvolvido. Dessa forma, a finalidade da educação infantil constitucionalmente, é garantir o desenvolvimento integral da criança seja de forma física, cognitiva, cultural e social.

Para que as crianças desenvolvam é necessário que vivenciem experiências favoráveis. Dito isso, reforça que a escola deve ser composta e orientada a partir de determinados eixos para que possam auxiliar na ampliação de propostas pedagógicas realizadas na Educação Infantil.

A partir disso, é nítido a necessidade que seja organizado e proposto experiências que favoreçam o processo de aprendizagem, os quais por meio das finalidades escolares, as ações sejam mediadas e integradas em contextos significativos de experiências interativas, diversificadas e incentivadas.

Contudo, para que isso seja efetivado, requer que os espaços de centros educacionais da educação infantil construam finalidades que possam envolver a criança como ser ativo, criativo e social em formatos de manifestação e apreciação dentro da vivência da criança em sua infância na educação infantil, em que a creche em seu respectivo papel possa por meio de suas ações favorecer a criança o seu direito à educação. Desse modo, veremos a seguir as atribuições da creche conforme o seu papel no asseguramento ao direito da criança na educação.

5.1.1 O papel da creche na garantia do direito à educação da criança

No que concerne aos direitos da criança acerca das considerações da educação infantil, ela é um dos direitos normativos consolidado que a considera como primeira etapa da educação básica, a qual garante o acesso de crianças de 0 a 3 anos de idade a esse espaço.

É fundamental que espaços educacionais sejam permeados por ações docentes intencionais, no qual configuram-se como ambientes favoráveis ao desenvolvimento integral da criança em seus aspectos relacionais, afetivos, sociais, culturais, motores, cognitivos independente de qualquer circunstância, etapa ou modalidade que a criança obrigatoriamente deva vivenciar.

A educação infantil se divide em dois tipos de oferta: creche e pré-escola, garante funções, intenções e finalidades específicas em seu papel no direito à educação da criança em sua formação a partir dos seus primeiros anos de vida da criança. Face a isto, conforme a Lei de Diretrizes e Bases 9.394 de 1996, esta configura-se como a primeira etapa da educação básica, que dentro dela existem especificidades de ofertas que precisam ser consideradas.

Em garantia a inserção da criança na educação infantil tem como funcionalidade em seu papel a responsabilidade de priorizar e incluir em seus conhecimentos sistematizados aquilo que faz parte da vivência da criança, conduzindo-os interdisciplinarmente por meio de variados aspectos de grande importância na vida da criança.

Correlacionado a isso, Aguiar (2010, p. 35), aborda que, “Hoje é essencial compreender a

creche enquanto instituição de formação que, através da prática pedagógica de seus educadores, têm a função de auxiliar no papel educativo das famílias”. Nessa concepção, a partir das práticas pedagógicas, enquanto ações orientadoras para a promoção do desenvolvimento da criança dentro das instituições, busca-se por meio delas definir, organizar e garantir efetivamente ações que promovam um papel social de qualidade ao qual seja complementar com o papel da família.

A criança antes mesmo de adentrar na primeira etapa da educação básica, já encontra-se na construção de sua própria identidade, uma vez que, as suas vivências primárias encontra-se ligada dependentemente da primeira instituição apresentada nos seus primeiros dias de vida, isto é, a sua base familiar, a qual é responsável pelos seus cuidados no cotidiano de sua vida. Desta forma, em complementação a família, a instituição educacional tem o seu determinado papel em auxiliá-los na construção da identidade social, educacional, política e cultural da criança.

Sob tal entendimento, a DCNEI (2009) compreende que, as identidades de cada criança é construída com base nas praticidade que é oportunizada para a criança vivenciar. Com isso, é necessário que a creche saiba garantir oportunidades pedagógicas que possam proporcionar a desenvoltura da criança em seus variados segmentos e especificidades.

Dentre isso, a creche em praticidade ao seu papel, é esperado que esses pautem suas ações em construir e compactuar de maneira interativa, colaborativa e afetiva, em que por meio disso, conceda uma construção positiva acerca da construção da identidade da criança, sendo convertidas em oportunidades adquirir habilidades diversificadas sejam elas sociais, intelectuais e culturais consigo e com os demais mediadores por meios das práticas pedagógicas ofertadas pelos responsáveis da escola em que esteja inserida.

Face a isto, Szymanski (2003, p. 53) aborda que “Uma instituição não substitui uma família, mas com atendimento adequado, pode dar condições para a criança e o adolescente desenvolverem uma vida saudável no futuro”. Desse modo, a creche, seja em seu período parcial ou integral, necessita de ações que assegurem o direito da criança à educação, que a partir da determinação e consolidação de uma rotina organizada, estruturada e fomentada pela própria instituição, possa proporcionar em seu atendimento atividades educacionais e colaborativas com finalidades que garanta a articulação das ações do cuidar e do educar.

6 FAMÍLIA E ESCOLA: UM OLHAR SOB SEUS PAPÉIS A PARTIR DAS SUAS INTENCIONALIDADES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

No contexto da contemporaneidade, a família em seus aspectos sejam eles sociais, culturais, políticos e ideológicos diversificados, vem se modificando e transformando as concepções criadas sobre ela, sobretudo, na superação de um modelo nuclear de família, constituído de três figuras centrais: pai, mãe e prole. Para a autora Szymanski (2003, p. 49), atualmente “Não há uma definição única de família, na forma de um modelo de “família ideal”.

Desse modo, a sociedade em sua constituição de relações deve acompanhar essas mudanças. Espera-se que a escola - espaço destinado ao atendimento educacional da população - seja também uma instituição preparada para lidar e acolher as diversidades e singularidades presentes na vida da primeira instituição da criança, isto é, a família.

É indispensável que a escola busque respeitar as suas particularidades e por conseguinte adaptar espaços educativos para que a criança junto a sua família, sendo eles pai, mãe ou outros responsáveis, possam se sentir acolhidos conforme seus respectivos costumes sociais, educacionais, culturais e econômicos.

Face a isto, Paniagua e Palacios (2007, p. 230) enfatizam que “cada família tem seu próprio estilo educativo, com seus pontos fortes e fracos, seus condicionantes, suas tramas de relações, sua auto-imagem como família, e qualquer intervenção neste âmbito tão complexo é, sem dúvida, muito delicada”.

No que tange ao estilo educacional da família, vale ressaltar que, ele é construído a partir de outros aspectos que fazem parte dos valores e expectativas da vida dos responsáveis pela criança. Estes aspectos são determinados por meio de um conjunto estrutural próprio da família que é composto pela sua bagagem cultural, social e econômica.

No entanto, quando refere a família juntamente a instituição, ambas possuem diferenciações em suas práticas, metodologias e concepções acerca da criança. Relevante à educação infantil, quando se trata da união entre a família e escola, é importante ressaltar que, as intencionalidades por mais que diversas sejam devem ser ainda mais priorizadas, organizadas e integradas ao desenvolvimento integral da criança, uma vez que, será o primeiro contato e construção de um novo vínculo da criança com outra instituição sem ser unicamente a própria família.

Embora as ações educativas de ambas instituições estejam simultaneamente em seus respectivos papéis propondo práticas diferentes, fazem-se complementar a partir das finalidades convergentes as quais progridem a vida escolar da criança. No entanto, quando encontram em situações contrárias, não somente em ações, mas também em participações e objetivos distantes, influenciam consideravelmente na relação da família e da escola, assim como também no próprio processo de desenvolvimento da criança.

A escola, considerada funcionalmente como instituição de ensino, busca promover saberes fundamentais e sistematizados para a vida do indivíduo. Com isso, é preciso que a escola possa fornecer propostas pedagógicas análogas a bagagens sociais e históricas das crianças, as quais devem ser representadas e valorizadas em finalidade para que possam contribuir prioritariamente para o desenvolvimento da criança.

No que concerne ao papel da escola, as legislações educacionais assim como nas diretrizes da educação brasileira enfatizam que tal instituição possui intencionalidades não somente educacional, mas também políticas e sociais, visto que, busca a partir desses 3 conceitos garantir uma educação de qualidade, sendo direito de todos que fazem-se presentes em sociedade, respeitando as diversidades e promovendo ações pedagógicas para uma formação cidadã do indivíduo.

Portanto, para que o desenvolvimento da criança esteja alinhado positivamente, é preciso que pais/mães/responsáveis e a própria escola possam caminhar juntas em construção de intencionalidades compactuadas em todos os aspectos e dimensões formativas, sendo eles, culturais, sociais, cognitivos e físicos.

É válido ressaltar a importância que ambas tendo os seus papéis e intencionalidades articulados influenciam fortemente no desenvolvimento integral da criança de maneira positiva, uma vez que, em parceria garantem reflexões, organizações e ações que auxiliem no progresso de desenvolvimento da criança. Para que tal ligação seja formada, necessita-se de ações que possam promover essa articulação entre a família e a escola, sendo responsabilidade de ambas, mas primordialmente da escola, de colaborar para que isso se concretize positivamente, visto que, a escola será a segunda instituição responsável pela educação da criança.

Consoante a essa situação, a autora Szymanski (2003, p.64) afirma que “Ação educativa dos pais difere, necessariamente, da escola, nos seus objetivos, conteúdos, métodos, no padrão de sentimentos e emoções que estão em jogo, na natureza dos laços pessoais entre os protagonistas e, evidentemente, nas circunstâncias em que ocorrem”. Dessa maneira, é preciso que a escola saiba acolher essas diferenciações e principalmente orientar-se assim como também orientá-los para a realização dessas ações de forma colaborativa, mas nunca distinta.

Entretanto, a realidade em diversas instituições favorece com que essas intencionalidades tornem permanentemente divergentes por diversos fatores, trazendo assim consequências no desenvolvimento da aprendizagem da criança, assim como também sobre a forma como ambas se compreendem em seus determinados papéis no contexto educacional. Diante dessa situação, no seguinte tópico a seguir traz abordagem a escola em sua percepção acerca da participação da família no progresso educacional da criança.

6.1 A compreensão da escola sobre a participação da família na vida escolar da criança

A criança ao adentrar na primeira etapa de ensino da educação básica, acessa um espaço que lhe oferecerá a construção de vínculos que vão além do vínculo familiar, mas que deve atender a complementaridade da educação que se constitui na família (Brasil, 1996).

Em virtude disso, a criança ao adentrar na vida escolar traz consigo tudo aquilo que faz parte do seu vínculo primário, sendo notório a partir da forma como se comportam, pensam, brincam e verbalizam em outros estabelecimentos de ensino. Ou seja, crianças são compostas por uma diversa bagagem que deve ser acolhida e desenvolvida em ambientes diversos aos quais ela perpassa, inclusive o escolar.

Com base na compreensão da escola sobre a participação da família na vida escolar da criança, a desenvoltura da coleta de dados realizada e organizada por meio da entrevista buscou de maneira geral analisar como a escola compreendia a participação da família na Educação Infantil, contendo questões específicas sobre as pluralidades de ações, percepções e intencionalidades de como ocorre a articulação entre ambas instituições para se chegar a tal compreensão sobre a família.

Embora pais/mães/responsáveis, possuam uma vasta diversidade em seus determinados aspectos existentes em seu cotidiano diante da participação na vida escolar do filho, poderá contribuir juntamente com a escola na formação da criança. Em compreensão a isso, faz-se necessário questionar: como é construída essa relação? De que modo pais/mães/responsáveis poderão contribuir na vida escolar do filho? De qual forma a escola compreende sobre a participação da família?

Em primeiro lugar, acerca da construção da relação da família-escola, é necessário primordialmente que ambas estejam alinhadas em seus objetivos no que diz respeito à educação da criança, visto que, a partir disso será refletido na prática pedagógica juntamente na prática familiar a construção dessa relação.

Sendo assim, é importante salientar que ambas as instituições para construir uma relação colaborativa, compreensiva e complementar na vida escolar da criança é necessário que sejam agentes participantes da vida uma da outra, fomentada por diálogos e propostas de momentos interativos entre elas, por meio de ações que possam ir além de uma determinada reunião de comunicação passiva que por vezes é visto sendo como único momento oportunizado entre a família e a escola.

Outrossim, quando refere-se ao núcleo familiar, é notório que pertinentemente é encontrado nas escolas dois tipos de grupos familiares presentes no contexto escolar. Para tornar mais claro quais são esses tipos e de que se constituem, a autora Macedo (1994) aponta que há famílias funcionais e disfuncionais, as quais possuem comportamentos, pensamentos e discernimentos diferentes com base em sua vivência com a criança que reflete assim como

também em sua relação com a escola.

Em análise ao que aborda a autora, o primeiro grupo ao que refere-se a família funcional, busca promover o crescimento de seus membros ao visar prover um suporte social através do seu papel no qual permite o desenvolvimento da identidade da criança, enquanto o segundo grupo, de maneira disfuncional foge dessa realidade na qual permite o bloqueamento do desenvolvimento da criança.

Nessa perspectiva, é a partir da família, responsável por consolidar características funcionais permeadas por seus comportamentos e posições à criança, que será construído o desenvolvimento do olhar da criança sobre a escola, no entanto, a depender da forma como ocorrem as funcionalidades, terá a possibilidade de fortalecer ou enfraquecer esse olhar significativo sendo refletido desse modo na vida escolar da criança.

Por vezes, são encontrados pais/mães/responsáveis que não buscam participar da vida escolar do filho, que, por conseguinte, faz com que se torne necessário a organização, reflexão e ação pedagógica da escola para compreender e buscar formas de reduzir situações como essas presentes na instituição. Posto a isso, determinadas circunstâncias conforme esse contexto, faz com que a própria escola que a criança esteja inserida tenha específicos olhares sobre pais/mães/responsáveis que correspondem às crianças através de suas ações.

No que concerne a esta circunstância, a entrevista realizada na instituição escolar contribuiu por meio de um diálogo eficiente acerca do assunto vigente em pesquisa, no qual concedeu o prosseguimento deste estudo.

De modo a ampliar a compreensão acerca do objeto de estudo, acerca da percepção escolar sobre a participação da família, foi questionado a colaboradora acerca de quais momentos são frequentes a participação de pais/mães/responsáveis no contexto escolar, a mesma, foi enfática ao ressaltar a baixa participação pais/mães/responsáveis quanto ao interesse no desenvolvimento da criança, associando essa procura aos aspectos sociais, conforme pode ser conferido quando essa diz:

minha filha, quando precisam de algo em relação a declaração para o bolsa família, infelizmente e são poucos que entram em contato para comunicar que a criança está ausente por motivo de doença né, e dificilmente graças a Deus acontece conflitos aqui, mas quando acontece, caso fato despercebido da professora nos comunicar para aquela pessoa se comunicar, porque somos nós que nos comunicamos, a professora não, só quando a mãe chega para conversar com professora a gente né mas assim a gente procura amenizar, conversar e olhar os dois lados certo, mas quando há alguma coisa que a mãe talvez não tenha gostado, ela entra em contato comigo com a gente, conversa, mas nada que seja fora do limite.

Em outras palavras, *Elizabeth (2024)* enfatiza que a busca por um diálogo se fundamenta nos interesses próprios de manutenção do auxílio governamental. Embora sabendo-se da realidade socioeconômica da população brasileira, conforme as classes sociais que as famílias

estejam inseridas, faz com que a busca da educação em suas diversas finalidades seja diferente, que por vezes, é retomada a questão de enxergá-la como uma benevolência.

De modo investigativo, durante o momento da realização da entrevista ainda insistimos em outro momento a questionar acerca da finalidade das famílias procurarem a escola, pois compreendemos que devemos partir de diferentes questões para chegar mais próximo dos detalhes do objeto.

Deste modo, retomamos adiante com essa questão e mais uma vez a resposta enfatiza que os interesses familiares para com a escola de educação infantil, mais precisamente a creche, ainda está em uma morosa superação da concepção de creche como assistência.

Em resposta a isso, *Elizabeth (2024)* afirma que “*buscam com mais finalidades para si do que para o próprio filho, os recursos que os próprios pais possuem através dos filhos, interesses próprios, mas pouco relacionado ao desenvolvimento, que a maioria não pensa no bem-estar da criança*”. Acerca das determinadas situações referente a esse fato, é visto que a família insere a criança na escola com intenção de garantir benefícios econômicos, que através da frequência escolar da criança obtenha o acesso ao Programa Bolsa Família¹. Com isso, evidencia-se que pais/mães/responsáveis ainda reconhecem a função da creche como amparo, auxílio e cuidado com as crianças, segregando dessa maneira o contexto educacional da vida da criança.

Diante desse fato, é válido ressaltar que a diferença entre determinadas participações é existente em determinados institutos, estando de maneira pertinente e específica dois tipos de participações familiares dentro da vida escolar da criança, a participação passiva e a participação ativa.

No que refere-se a participação passiva, é aquela em que pais/mães/responsáveis apenas entregam o filho ao instituto e dessa maneira direciona a responsabilidade escolar somente para a unidade de ensino, não tendo assim a articulação devido com a instituição, nem tampouco a colaboração em quaisquer outras atividades relativas a elas. Enquanto a participação ativa, é aquela em que os pais/mães/responsáveis colaboram nas atividades, assim como também na articulação com a própria escola, buscando informações ou acrescentando meios para a inovação pedagógica da escola em que a criança está matriculada.

Referente à questão da individualidade de responsabilidades, com base na entrevista realizada, foi também perguntado com qual frequência os pais/mães/responsáveis cobram da escola responsabilidades que são próprias da família a garantir à criança. *Elizabeth (2024)*

¹ Programa federal destinado a garantir benefícios assistenciais para famílias que se encontram em situações de baixa renda.

aborda que “antes nós nos comunicamos e cobramos do que eles mesmo e eles dizem que não perceberam, seja sobre alimentação ou qualquer outra coisa”.

Com base na fala de *Elizabeth (2024)*, seja atividade ou alguma outra ação educativa, os pais comumente não fazem cobranças, mas sim encarrega e sobrecarrega a escola a terem responsabilidades que não são suas, sendo até a própria escola que os cobram sobre tais atitudes, tendo apenas uma mínima quantidade que agem conforme o esperado.

Dessa forma, ações como essa, torna-se um dos fatores para a ausência de articulação e participação entre a escola e família, em que ao transferir o seu papel de participante somente para a escola, desestimula não somente a relação de ambas, mas o próprio desenvolvimento da criança.

Sabendo-se da importância da participação de pais/mães/responsáveis na trajetória educacional do filho em todos os momentos revigorantes que condiz a sua responsabilidade, foi visto a necessidade de questionar no momento da entrevista sobre a presença familiar referente às dificuldades que determinadas crianças por vezes apresentam no seu processo de desenvolvimento. Em resposta *Elizabeth (2024)* aborda que

Da mesma forma, não procuram participar das atividades, a gente sente muita dificuldade não só em relação à inclusão, mas assim muitas das nossas turmas aqui a gente leva tarefas para casa atividades né para as crianças como nós fazemos aqui, a gente leva tem mães que não manda de volta caderno, e quando mandam é rasgado, observa não é a própria criança que faz a atividade, eles não entendem que aquele simples rabisco para criança é muito importante, eles não têm essa compreensão é uma dificuldade, a questão da alimentação é outro problema né, mas assim é um problema, mas não é tanto quanto da intenção da inclusão, acho que hoje é bem maior em relação à alimentação.

Em conformidade a essa resposta, diversas dificuldades são citadas, como por exemplo, a ausência de participação das atividades internas e externas da escola, na qual afeta diretamente não somente as crianças, mas a própria escola. Condizente às transformações que possam modificar tal atitude de maneira positiva ou negativa, a forma como a família vê e participa da vida escolar do filho reflete no modo de como a escola compreende a família diante do modo que ocorre a sua participação, visto que, essa prática determina a forma de como a criança desenvolve em seus variados aspectos.

Relevante a isso, durante a coleta de dados foi necessário questionar acerca de como a escola em sua situação atual avalia a relação e parceria com a família das crianças. Em resposta *Elizabeth (2024)* afirma que

Está bem favorável, apesar das dificuldades, mas a gente trabalha sempre aqui com diálogo, a gente frisa muito a questão do diálogo quando acontece algum problema em relação à criança, qualquer coisa que aconteça, liga, manda ele vir aqui e pede para

vir, mas assim é bem favorável, não temos dificuldade em relação a isso não.

Com base nessa perspectiva, a resposta em destaque evidencia uma quantidade maior de frequência, assim como de solicitação de participação da família somente direcionado especificamente diante das questões problemáticas que surgem envolvendo a criança, sendo aniquilado momentos destinados a outros assuntos que correlacione positivamente a relação entre ambas.

Ao se deparar com situações como esta, em que a procuram quando se trata de determinados problemas relacionados à criança, em grande parte por meio dessas ocasiões, não é buscado um diálogo que vise pais/mães/responsáveis como solução, mas sim como causa de determinado problema que a criança tenha ou esteja tendo no qual reflete dentro da instituição.

A partir de ações como essa, a família torna-se composta e condicionada em maior parte dos casos como um obstáculo culposo, em que esteja omitindo-se de realizar o seu verdadeiro papel, que é solucioná-lo junto à escola.

Por mais que saibamos a necessidade da responsabilidade da família pelo filho dentro de determinados estabelecimentos, principalmente educativos, que é uma responsabilidade compartilhada em diversos momentos, bons e ruins durante o desenvolvimento da criança, é frequentemente mantido e encontrado nas demais instituições um diálogo somente de objeções a criança, em que a participação da família na vida escola da criança torna-se limitada.

Ao ser direcionado um diálogo somente referente a problemas, a família é propícia a entender a sua presença assim como a própria criança, como algo dificultoso, mas não evolutivo, que por conseguinte, não sendo um ambiente acolhedor, reduz continuamente a presença de pais/mães/responsáveis na escola em outros momentos, assim como o entendimento sobre o seu verdadeiro papel na vida escolar do filho.

Relevante a forma como a família vê a escola, foi colocado em questão a rotina presente no cotidiano escolar, carecendo saber que, sendo ela parcial ou integral da criança na escola faz com que pais/mães/responsáveis enxerguem a escola com outros olhos? Segundo *Elizabeth (2024)* é afirmado que

A gente vem procurando mudar né começando a tirar a nomenclatura creche pra ver se assim encaixa no popular falando na cabeça de muitos pais que é um centro de educação infantil, é ali a creche onde se forma a criança, o primeiro aprendizado da criança é na creche. Aí a gente junta conhecimentos que eles trazem de casa, porque eles têm o conhecimento de mundos dele né.

Essa questão relaciona-se ao que se trata a concepção de meros pais/mães/responsáveis que consideram a escola como um centro assistencial, mas nem sempre educacional. No entanto, a partir dessa questão é compreendido também que, em partes a forma como a escola não somente compreende a participação da família, mas principalmente referente às suas próprias contribuições na vida escolar da criança.

Relacionado às situações existentes na instituição, sabe-se que, como todo estabelecimento educacional há determinados desafios encontrados quando tange a participação da família na vida escolar. Dessa maneira, foi visto a necessidade de questionar sobre os desafios presentes na instituição com base nesse ponto, isto é, a relação dos principais desafios encontrados pela escola para fortalecer essa participação no diálogo entre as duas instituições. Pertinente a isso, na entrevista *Elizabeth (2024)* responde que

Hoje a gente sente uma grande dificuldade em relação a compreensão dos pais em relação às crianças autistas, é uma grande dificuldade que sentimos hoje porque muitos não aceitam e é aqui aqui é a base a educação infantil, onde nós temos aquele olhar que a gente observa e chega a uma determinada conclusão.

Quando se trata acerca de crianças com Transtornos Espectro Autista, nota-se ainda por muitas famílias a dificuldade em compreender as especificidades dos filhos, que em seu desconhecimento acerca disso, passam por alterações diversas que afetam drasticamente o contexto familiar. O Transtorno Espectro Autista, diante das condições que afetam o neurodesenvolvimento da criança, possuem comportamentos específicos que reflete em todos os contextos vivenciados por ela, principalmente o contexto familiar. Conforme Sprovieri e Assumpção (2001, p. 231)

O autista tem, como característica de sua própria problemática, dificuldade na interação social visualizada pela inabilidade em relacionar-se com o outro, característica que traz também problemas de conduta. Esse fator reflete-se no ambiente familiar, desorganizado-o e impedindo-o de ultrapassar de modo satisfatório suas fases evolutivas.

Dessa forma, situações como esta necessita de uma ampla orientação acerca das especificidades desse transtorno para pais/mães/responsáveis, os quais possam a partir disso traçar rotas que busque e resulte significativamente no bem-estar da criança.

A atribuição de um diagnóstico sem ter a ação investigativa é um ato equivocada que a escola em sua determinada funcionalidade não deve cometer. A escola em seu respectivo olhar ao abordar um diagnóstico informal acerca de tais situações que relaciona ao comportamento da criança, traz diversas consequências a partir dessa atitude, ação esta que passa a ser consideravelmente uma patologia sobre a criança.

Uma dessas consequências inclusive refere-se ao modo de como chegam a comunicar os pais acerca desse assunto, que recorrentemente ainda é um ponto desconhecido a eles, causando por diversas vezes um olhar incompreensível dos pais sobre esse tópico. Por vezes esta situação da família é encontrada por diversos fatores sejam eles acerca de sua própria formação acadêmica, assim como também ausências de determinadas informações, principalmente ao que se refere a criança, que com isso influenciam negativamente no entendimento sobre tais circunstâncias.

Desse modo, é essencial que a escola busque mudar rotas direcionadas às suas atitudes citadas acima. Partindo disso, a escola em seu determinado papel pode ajudar no auxílio de orientações sobre situações que a família carece de conhecimentos acerca das crianças pelas quais são responsáveis, principalmente quando se trata de transtornos que afetam o desenvolvimento da aprendizagem da criança. Em continuação ao ponto questionado, *Elizabeth (2024)* menciona que

A gente tem crianças que hoje não se encontra mais aqui, mas aqui foi descoberto um processo de dificuldade naquela criança e hoje a mãe é super satisfeita, porque assim, além de ter o conhecimento da dificuldade da criança, ela conseguiu até um benefício para ele, isso porque devido nosso olhar entendeu. Essa semana mesmo nós matriculamos uma criança, uma menininha dois anos e a gente sempre pergunta né da matrícula tem problema de saúde e as mães dizem que não, essa por sinal dizem que não, então no primeiro dia de aula, no primeiro foi observado que havia sinais, então assim a gente trabalho muito com o olhar, e infelizmente a gente não tem esse olhar compreensível dos pais.

A escola, em seu respectivo papel diante de suas funcionalidades, intencionalidades e finalidades, possui o dever de refletir, avaliar e orientar aos pais/mães/responsáveis, no entanto, em situações como esta, não deve ser apenas de forma individualizada e comunicada sem planejamento, mas sim de forma significativa juntamente a uma equipe multidisciplinar específica que seja responsável pela investigação e condução de casos como esses, avaliando o que determinada que criança perpassa em seu cotidiano escolar, principalmente no que tange às dificuldades de aprendizagem que prejudique o seu desenvolvimento.

Portanto, dentre essas respostas é perceptível que a escola necessita aprimorar a comunicabilidade referente a essas circunstâncias frequentes no contexto escolar, em que sobretudo possam saber orientar os pais acerca disso assim como verificar por meio de uma avaliação e reflexão por meio de um grupo com profissionais possam chegar a uma determinada conclusão plausível. Conforme Luengo (2010, p. 65)

Muitas vezes, a concepção de criança que o educador possui não permite que ele a veja como um ser individualizado e atravessado historicamente, o que pode transformar o seu discurso no discurso de um sujeito infantil universal, ideal e abstrato, produzido apenas pela razão, obedecendo de forma padronizada às características biológicas próprias da idade à qual pertence. Essas peculiaridades resultam de uma uniformização, o que produz

uma homogeneização da educação. Assim, toda e qualquer criança que se desvia do padrão considerado “normal” acaba sendo vista como problemática e uma nova necessidade passa a ser produzida, fazendo com que os educadores venham a solicitar “cuidados” dos profissionais da área médica, com o intuito de detectar distúrbios e posteriormente corrigi-los.

Dessa maneira, é nítido que essa determinada visão sobre a criança, afeta não somente a ela, mas também a família, a partir disso, entende-se que há uma divergência entre orientação e patologização. Pais/mães/responsáveis, por mais que tenham dificuldades em entender um caminho ao qual é desconhecido para os mesmos, tendem-se nesse momento a dialogar acerca da problemática com a creche, sendo a creche responsabilizada não para rotular, mas adotar estratégias e habilidades para acolher a criança e o seu meio familiar sobre tal situação.

No entanto, em casos que a criança seja observada no contexto escolar, principalmente dentro da sala de aula, é frequente que professores, assim como o restante da equipe pedagógica notem em determinadas crianças padrões comportamentais atípicos e que comisso veem a necessidade de comunicar pais/mães/responsáveis sobre essa situação. No que tange a determinada comunicação, na maioria das vezes direciona-se para o que denominam de patologização, ou seja, atribui à criança um diagnóstico implausível sem a construção de um caminho necessário para chegar a determinada conclusão. Em referência a isso Luengo (2010, p. 63) aborda que

Transpondo a ideia para a patologização escolar, pode-se dizer que é algo externo que influencia e modifica a subjetividade do indivíduo, ou seja, patologizar é o próprio ato de apontar no diferente uma doença que, mesmo inexistente, passa a ser reconhecida e diagnosticada pela equipe escolar e de saúde. Esse ato, além de estigmatizar o indivíduo classificando-o como anormal, ainda busca, através de justificativas sociais, afirmar a patologia, o que pode desencadear como consequência o ato da medicalização.

Desse modo, a partir de comportamentos como esse no contexto escolar, é visto a necessidade de uma atitude cautelosa que não direcione para o caminho da estigmatização e da segregação, mas sim da compreensão e colaboração diante dessa situação.

No entanto, não foi citado em nenhum momento que a escola promove ações que dirijam a orientação sobre a ampliação dos olhares de pais/mães/responsáveis sobre a criança de transtorno do espectro autista, considerando e unificando assim, apenas o olhar educador e escolar como mecanismo resolutivo para a criança. Portanto, a família por vezes encontra-se tendo dificuldades em ter a mesma concepção acerca de tais situações que ocorra com o filho, que são por conseguinte compreendidas como incapazes.

A partir disso, a forma como veem pais/mães/responsáveis é de uma forma distante e distinta, não somente da própria escola, mas dos seus filhos em situações específicas. Além disso, o modo como a creche tende a se auto compreender, demonstra como a própria família é compreendida por eles mesmos.

No que se trata acerca da compreensão da escola sobre o próprio estabelecimento de ensino, consideravelmente, por meio de suas respostas estabelecendo a escola como: “a base primária da vida do aluno”, conclui sua observação e perspectiva de olhares como única, enquanto por conseguinte não considera a base familiar como primeira instituição da vida da criança.

Em face a essa realidade encontrada, é válido ressaltar que, para a escola em sua respectiva compreensão sobre a participação de pais/mães/responsáveis é um dos pontos desafiadores que influenciam na relação entre ambas, visto que, uma visão negativa reflete emações que os distanciam. Entretanto, a escola em seu respectivo papel orientador, motivador e interativo é preciso seja buscado ampliar através de suas intervenções pedagógicas.

Desse modo, é preciso sanar ações para esse problema, em que ao invés de distanciar-las, busque ampliar positivamente sua visão em torno de soluções para integrar a família, que direcionam desse modo para a construção dessa parceria, em que busque principalmente habituar a participação da família na vida escolar da criança para que se tenha uma educação e desenvolvimento de aprendizado de qualidade. Enfatizando-se a isso, Paniagua e Palacios afirmam que (2007, p. 24)

Uma educação infantil de qualidade, com incidência real no desenvolvimento atual e futuro das crianças, supõe dar muita importância ao trabalho com famílias, mediante proposições reflexivas e fundamentadas que contribuam para que os pais e as mães sintam-se competentes, para que tenham acesso ao conhecimento atual sobre a evolução e educação de seus filhos pequenos e para que desenvolvam expectativas positivas em relação às suas crianças e ao mundo educativo.

Dessa forma, é necessário validar que, ações escolares para a promoção da sua relação com a família é de grande importância para fortalecer esse laço. Com isso, será analisada em consonância as ações que a escola promove para a participação da família na escola.

6.2 Ações da escola para a promoção da relação com a família

Quando se discute a relação entre a escola e a família, é válido retomar que, trata-se de um dos pontos cruciais que influenciem diretamente no desenvolvimento da criança em seus variados aspectos de aprendizagem. Sendo assim, para que tal relação seja consolidada necessita que ambas estejam articuladas diante de suas funcionalidades e intencionalidades referente às suas responsabilidades na vida escolar da criança, visto que, diante suas diferenciações devem estar alinhadas para a propulsão do desenvolvimento da criança em face de suas ações com base no progresso social, cultural e educacional.

Quando há determinados obstáculos e divergências presentes entre as duas instituições diante da construção de sua relação, é necessário traçar novos caminhos, isto é, ações interventivas que possam prover mudanças eficazes para promover a estabilidade dessa parceria. Logo, para que essas ações sejam formuladas, é necessário que em problemáticas como essa

contenha olhares reflexivos e intencionais uns com os outros para que tal problema seja absorvido.

Diante deste estudo de pesquisa em relação a coleta de dados destinado a entrevista junto ao sujeito da pesquisa, isto é, o contexto escolar, foi visto a necessidade de dialogar sobre as ações que o estabelecimento de ensino vigente em pesquisa concedia para a promoção da relação com a família.

Com isso, é válido expor em discussão que, para que esse vínculo seja construído as escolas devem organizar ações de forma que possibilite aos pais/mães/responsáveis acompanhar permanentemente na vida escolar da criança. Em que possam ter o livre acesso em participar da comunidade escolar assim como no processo de aprendizagem dos filhos, como por exemplo, promover eventos que direcionem a importância da presença familiar nesse meio assim como também apresentação dos planos pedagógicos válidos e ações sociais que possibilite a troca de experiências de ambas.

Há várias ações que podem ser promovidas para fortalecer o vínculo familiar e escolar. Entretanto, diante dessas práticas devem ser observadas primordialmente quais as ações que estão sendo escolhidas e estabelecidas na instituição escolar. Essas atitudes eventualmente encontram-se destinadas em momentos que não favorecem o diálogo entre as duas instituições, assim como faz persistir o distanciamento por meio de situações fragmentadas e enraizadas.

Correlacionado a isso, Maistro (1999) ressalta em seu estudo que, a participação da família conforme as ações das instituições é pautada e reduzida apenas em espaços de reuniões que revela a inexistência de ações afetivas e efetivas no contexto educacional. Em análise ao pensamento da autora, torna-se evidente que, é existente a repercussão desses tipos de ações devido práticas que correspondem ao favorecimento da polaridade entre ambas.

Nessa perspectiva, mediante os estudos realizados, foi identificado que existem dois tipos de mobilização de ações: as ações tradicionais e as ações socioeducativas. Acerca das ações tradicionais, referem-se a procedimentos enraizados em que não há flexibilidade e comunicabilidade existente entre a ação e as pessoas presentes nela, mas sim a passividade em que não há abertura para que o outro faça parte inteiramente da ação, a qual por vezes, enxerga pais/mães/responsáveis como problema, mas não como solução e junção no progresso educacional.

Enquanto as ações socioeducativas, é direcionada para uma ação em que há flexibilidade, interação e centralidade no contexto social e educacional condizentes a família, a criança e a escola, priorizando assim, as atribuições da família em diversos contextos que a escola necessita de um olhar externo.

De acordo com a entrevista realizada no campo de pesquisa, um dos interesses esteve voltado a investigar inclusive o contexto escolar acerca de sua realidade dentre as promoções de ações que concernem à relação e inserção familiar na instituição. Uma das curiosidades pautava-

se em entender como a escola se mobiliza para construir e manter uma relação entre a escola e as famílias de modo significativo e atuante. Nesse sentido, faz-se necessário analisar como a escola se comporta diante de suas propostas para garantir sua articulação com o contexto familiar da criança.

Durante a entrevista foi visto a necessidade de colocar em questionamento o modo de como a escola tem buscado estreitar os laços com pais/mães/responsáveis, assim como também se esses diálogos estão presentes também nos próprios eventos ou além deles. Em resposta, *Elizabeth (2024)* aborda que a ação comunicativa escolar ocorre através do diálogo, seja de forma online via *Whatsapp* ou presencial, sendo utilizado principalmente para destacar que tal atividade foi realizada em sala de aula ou que foi enviada para casa caso o responsável notifique que não a recebeu.

Embora seja mantido diálogo em notificar ou esclarecer determinadas atividades pais/mães/responsáveis seja de grande validação, nota-se que a partir da afirmação a utilização e a motivação do diálogo não busca integrar outros assuntos envolventes à família na escola, mas sim apenas destacar a comprovação ou somente o esclarecimento de algo, tendo em vista que, a partir disso, é nítido um contato parcial e uma relação indireta entre os mesmos.

Ademais, envolvendo ainda acerca da ação comunicativa, no que concerne aos documentos presentes da escola, tanto em momentos de reuniões como fora delas, é de grande importância os responsáveis avaliarem, refletirem e analisarem como está sendo organizado a proposta educacional da criança, como por exemplo, no Projeto Político Pedagógico que estará visível os passos que a criança irá recorrer no campo escolar.

Em face disso, foi questionado sobre a elaboração de determinadas documentações que possam avaliar as vivências das crianças na instituição, e com qual frequência os pais chegam a consultá-lo. *Elizabeth (2024)* afirmou que somente o diário de bordo é um documento hodierno diário assim como sendo o único que é encaminhado aos pais para observarem, principalmente durante a reunião, uma vez que, refere-se a uma ferramenta para registrar ações diárias vivenciadas pela criança na instituição.

Esse distanciamento resulta também através das temáticas que são por vezes expostas de forma teórica e abstrata, no qual passa a ser uma reunião para ser destacado apenas acerca dos problemas referente as crianças, as culpabilizando, agindo a escola de modo ultrapassado e regressivo, que por vezes nem sempre é destacado a solução dos mesmos, ou abordam tratando da importância de juntos solucionarem o problema nos dois ambientes que a criança frequenta, a residência e a escola.

A princípio, foi questionado quanto às relações estabelecidas nesta instituição, no qual refere-se o modo que escola enxerga o processo de aproximação entre pais/mães/responsáveis e

escola, ou seja, como ocorre o processo para tentar se aproximar cada vez mais do núcleo familiar. A partir disso, *Elizabeth (2024)* afirma que

Nós aqui, vou falar pelo CEI Abigail né, e nós aqui fazemos duas reuniões no ano, uma no primeiro semestre e outra no segundo semestre, esse ano nós nós vamos ter três, porque no decorrer do primeiro houve uma necessidade né de fazer uma reunião extraordinária e fizemos online, porque sentimos essas dificuldades nas reuniões de férias, incentiva bastante pela presença dos pais, um pouco dos que realmente querem acompanhar o desenvolvimento das crianças, aqueles que realmente veem que a criança precisa de um acompanhamento e entende o que é educação eles vem, agora tem aqueles que não dão tanta ênfase na educação.

Sabendo-se da importância de determinados encontros escolares, a reunião é um dos elementos fundamentais para estar presente nas ações realizadas pela escola, visto que, ao depender da finalidade institucional juntamente a forma como conduz a ação, é um dos pontos que fortalece a parceria entre a escola e família, em que pais/mães/responsáveis possui um envolvimento ampliado e intercalado em suas contribuições por meio desses momentos, tendo vigente a sua comunicabilidade sobre tais aspectos. Entretanto, quantidade não define qualidade quando diz respeito a reuniões no contexto escolar.

Ao abordar acerca da necessidade de inserir mais uma reunião, que inclusive, destaca como um dos motivos a dificuldade da presença de pais/mães/responsáveis, ao enfatizar sobre alguns pais entenderem a educação e outros não, justificando assim o motivo de ausência de determinados pais. Desse modo, percebe-se que, o aumento ou diminuição de frequência às reuniões não definirá o entendimento dos pais sobre a educação.

Para ter tal entendimento necessita de orientação e interação sobre tais aspectos educacionais, sendo na reunião um dos pontos que podem ser destacados e comunicados acerca dessa importância, assim como de atribuir a pais/mães/responsáveis a vez e a voz de possíveis necessidades para haver ou melhorar a relação de ambas.

Em diversas escolas há valorização da reunião como único momento padronizado de aproximação e comunicação entre pais e equipe escolar. A reunião é um momento crucial na instituição escolar, mas que também há seus aspectos positivos e negativos caso não esteja sendo bem conduzida.

Por vezes é encontrado e promovido diante delas uma participação restritiva da família principalmente quando diz respeito aos pais/mães/responsáveis que “não dão ênfase a educação, tendem a se sentir distanciados ainda mais da cultura escolar, por sempre encontrar reuniões no mesmo estilo proposto e por desconhecer determinados elementos documentais que são de importância suas avaliações e análises de como está sendo o processo de ensino da criança.

Contudo, quando diz respeito a reunião, é importante a escola promover uma reunião que seja aberta a todos de forma física e verbal, no qual pais/mães/responsáveis possam ser agentes

participativos e ativos nesse momento, assim como também buscar mudar a metodologia e o modo de como está sendo organizada a determinada proposta, agindo dessa maneira de modo socioeducativo.

Ademais, além da ação de convenção de pais e mestres, foi questionado sobre que tipo de ação além dessa é promovida pela escola para estabelecer essa parceria entre a família e a escola. Conforme *Elizabeth (2024)*

Existe sim, juntamente com secretaria da Educação, nós apresentamos anualmente em projeto que se chama FICANE (Festival Infantil da Criança Infantil com Artes) onde trabalhamos com a criança há cerca de 5 a 6 meses até o final do ano, porque esse projeto é realizado em dezembro e durante esse trabalho, as crianças levam as atividades pra casa, e na reunião do segundo semestre para os pais nós informamos os pais e eles têm a oportunidade de observar e de assistir a apresentação das crianças no teatro.

A presença de projetos na instituição é uma forma positiva de aproximação, na qual a maneira como for desempenhado, integra os pais e as escolas a trabalharem juntos no progresso, no entanto, a depender em virtude da forma como está sendo conduzido. Isto é, a escola acolhendo-os e proporcionando ações que eles possam juntamente contribuir nessa ação ou até mesmo ao núcleo familiar, não os responsabilizando unicamente sozinhos sobre essas ações presentes, participando seja auxiliando nas vestimentas ou durante as atividades encaminhadas.

Todavia, observou-se que, o projeto é vinculado à Secretaria de Educação, logo, é nítido a necessidade de ampliar outros momentos que sejam exclusivos da própria escola, sendo eles inerentes a pais/mães/responsáveis na vida escolar da criança, para que assim, possa ser um ponto de fortalecimento entre as relações família e escola.

Em finalização, foi solicitado durante a entrevista que a gestora descrevesse como são as vivências das ações que a escola promove para estabelecer a relação com as famílias das crianças, consoante a algum projeto ou momento que tente aproximar pais/mães/responsáveis da escola ou que seja destinado prioritariamente ao todo. Segundo *Elizabeth (2024)*, “*Somente as reuniões, o projeto anual e apenas isso mantendo o diálogo via grupo de Whatsapp*”.

Em virtude dessas ações, nota-se que, a promocionalidade de ações que promovam a participação da família é exígua, visto que, os momentos direcionados para os responsáveis encontram-se eventualmente proporcionados de maneira parcial.

Em razão disso, não garante a abertura e a protagonização de pais/mães/responsáveis dentro da escola, em outras palavras, determinadas vigências de ações as quais citada acima, consoante na forma de como são promovidas resulta em ações escassa de atividades promocionais direcionadas evidentemente aos pais/mães/responsáveis.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude desse estudo de pesquisa, teve como direcionamento intrínseco e específico destinado na Educação Infantil às duas instituições responsáveis pelo reconhecimento e vivência da criança: a família e a escola. A criança em seus variados aspectos, mas primordialmente na educação, tem grande influência quer seja da escola quanto e principalmente do seu próprio núcleo familiar.

O modo como os respectivos papéis concernentes à participação estão sendo integrados, reflete abundantemente no desenvolvimento da criança, visto que, comporta conforme a maneira de como ambas participam na vida escolar da criança, a forma como é instituída a moradia e instrução, assim como também de como contemplam em seus outros aspectos contribuintes, principalmente na Educação Infantil, a qual torna-se obrigatoriamente estabelecido a relação entre ambas.

Foi visto a partir deste estudo que, a participação de pais/mães/responsáveis ainda encontra-se sendo uma das dificuldades presentes no campo escolar, que em variadas considerações traz grandes consequências ao todo, sobretudo a criança. A escola, por vez, temem seu respectivo papel em atuar na promoção de intervenções pedagógicas para assim combater essas divergências.

Em conformidade ao resultado da coleta de dados deste estudo, foi evidenciado que a realidade nem sempre é condizente a isso, uma vez que, a depender como a participação de pais/mães/responsáveis é exposta, a escola em contrapartida tem uma respectiva compreensão sobre a família, que, em virtude disso faz com que o distanciamento torne-se contínuo.

Mediante o estudo investigativo, ao invés de ambas instituições articularem-se como parceiros, se divergem como rivais a partir de ações que aponta negativamente para a alienação de responsabilidades, isto é, divergência e transferência de funcionalidade entre os papéis da família e da escola.

Nesse sentido, o modo como a escola tenta manter determinadas conexões referente a isto demonstra eventualmente ações de escasso planejamento e intencionalidade, que por conseguinte, dificulta ainda mais a articulação entre elas.

Diante disso, é indubitável ressaltar que, ações resumidas apenas em reuniões, contatos parciais, ou também em situações problemáticas que apenas busque culpabilizar, faz com que regularmente a família mantenha uma postura estagnada e passiva em sua relação com a escola, que juntamente em consequência, é mantido a ação de garantir em mínima quantidade a promoção de ações para a participação dos pais/mães/responsáveis, ao invés de ampliar e proporcionar desse modo vivências sociais e educacionais entre ambas instituições.

Com base nos demais compromissos que são encarregados para o contexto escolar, a família é um dos agentes que a escola necessita ter como colaborador para a execução de

determinados objetivos envolvente aos seus compromissos, principalmente ao que direciona a criança. É importante que a escola possa inserir pais/mães/responsáveis como prioridade em suas respectivas metas integrar o compromisso de contribuir para o desenvolvimento de um processo construtivo, colaborativo e participativo acerca de sua relação com a instituição familiar.

Desse modo, faz-se necessário que as escolas possam ampliar a visão acerca do universo e cenário familiar em seus respectivos aspectos de modo geral, isto é, levar em conta suas bagagens culturais, sociais e econômicas, de modo ao qual possa manter diante dessa visão um olhar não estigmatizado, mas sim acolhedor.

Contudo, sugere-se que seja desenvolvido dentro do campo escolar ações integrativas, interativas e intencionais direcionadas exclusivamente para os pais/mães/responsáveis, que conforme a necessidade analisada por cada escola que objetive sobretudo fortalecer o elo entre as instituições por meio dessas ações, busque integrar, orientar, valorizar e intensificar a família de modo geral em sua participação juntamente a escola em prol do desenvolvimento integral da criança.

8 REFERÊNCIAS

- AGUIAR, B. C. L. de. **A INSTITUIÇÃO CRECHE: APONTAMENTOS SOBRE SUA HISTÓRIA E PAPEL**. Nuances: Estudos sobre Educação, Presidente Prudente, v. 7, n. 7, 2009. Disponível: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/133>. Acesso em: 28 out. 2024.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo* Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República,. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 15 de julho de 2024.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19394.htm. Acesso em: 12 de julho de 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, 2009.
- DA SILVA, Everaldo Oliveira; SOARES, Maíza Francisca. **A participação da família na escola: uma análise da sua influência**. Revista Internacional de Estudos Científicos, v. 1, n. 1, p. 100-117, 2023. Disponível: <https://periodicos.educacaotransversal.com.br/index.php/riec/article/view/140>. Acesso em: 02 de outubro de 2024.
- DEWEY, J. **Vida e educação**. Tradução: Anísio Teixeira. São Paulo: Nacional, 1971.
- DUARTE, C. T.; ALVES, F. D.; SOMMERHALDER, A. **INTERAÇÕES ENTRE CRIANÇAS EM BRINCADEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE**. Nuances: Estudos sobre Educação, Presidente Prudente, v. 28, n. 2, 2017. DOI: 10.14572/nuances.v28i2.4550. Disponível: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/4550>. Acesso em: 14 set. 2024.
- CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis E. **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001. 164 p. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1121>. Acesso em: 12 de setembro de 2024.
- COLL, Cesar; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (Org). **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. 1 v. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/1/41>. Acesso em: 20 de agosto de 2024.
- GARCIA, C. A. A.; SOUZA, F. C. de. **A relação família-escola através dos tempos**. Temas em Educação e Saúde , Araraquara, v. 4, 2017. DOI: 10.26673/tes.v4i0.9912. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/tes/article/view/9912>. Acesso em: 28 out. 2024.
- KRAMER, Sonia. **O papel social da educação infantil**. Revista textos do Brasil. Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 1999. Disponível: https://grupoinfoc.com.br/publicacoes/periodicos/p53_O_papel_social_da_Educacao_Infantil.pdf. Acesso em: 15 de outubro de 2024.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.
- KUHLMANN JR, Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 2010. 5. ed. 192 p.
- LUENGO, Fabiola Colombani. **A vigilância punitiva: a postura dos educadores no processo de patologização e medicalização da infância**. 2010.

Disponível em: <https://books.scielo.org/id/sw26r/pdf/luengo-9788579830877.pdf>. Acesso em: 27 de outubro de 2024.

MACEDO, Rosa Maria. **A família diante das dificuldades escolares dos filhos**. Petrópolis: Vozes, 1994. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/ciced/article/view/8780/6285>. Acesso em: 30 de setembro de 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. **A relação família-escola: intersecções e desafios**. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 27, p. 99-108, 2010.

PANIAGUA, Gema; PALACIOS, Jesús. **Educação infantil: respostas educativas à diversidade**. 2. ed. Tradução Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PEREZ, Marcia Cristina Argenti. **Infância e escolarização: discutindo a relação família, escola e as especificidades da infância na escola**. Práxis Educacional, v. 8, n. 12, p. 11-25, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 8ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

SKYMANZKI, Heloisa. **A relação família/escola: desafios e perspectivas**. Brasília: Plano Editora, 2003. 96p.

SPROVIERI, Maria Helena S.; ASSUMPÇÃO JR, Francisco B. **Dinâmica familiar de crianças autistas**. Arquivos de Neuro-psiquiatria, v. 59, p. 230-237, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anp/a/mbPCH7zLH7Rn3Qv46VFKkCm/>. Acesso: 27 de outubro de 2024.

SOUZA, Juína Aryce de Pontes e; SOBRINHO, Roberto Sanches Mubarak; HERRAN Wallace Chriciano Souza. **Ressignificando os conceitos de criança e infância**. Revista amazônida, 2017, ano 02, No 03, p. 113 – 129. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida/article/view/4116>. Acesso em: 13 de setembro de 2024.

TEIXEIRA, Héliça Carla; VOLPINI, Maria Neli. **A importância do brincar no contexto da educação infantil: creche e pré-escola**. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro, v. 1, n. 1, p. 76-88, 2014.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Roteiro norteador da entrevista

Objetivo: Estabelecer um diálogo junto a gestão da escola acerca da sua compreensão sobre a proximidade da família aos espaços de creche, bem como identificar as ações relevantes ao favorecimento desta aproximação.

De modo específico:

- Identificar quais as ações desenvolvidas pela escola na tentativa da aproximação com as famílias dos estudantes
- Compreender como a escola reflete acerca do permanente diálogo com as famílias dos estudantes

CATEGORIA PESSOAL

1. Poderia nos dizer seu nome completo, origem, se você é de Guarabira ou não, e características pessoais que você gostaria de compartilhar para que possamos conhecer um pouco de você?

CATEGORIA PROFISSIONAL

1. Poderia nos contar qual a sua formação, curso, instituição, ano, outros cursos, especialização, formação continuada.
2. O que te levou para a carreira docente e o que te marcou nesse período de formação?

ATUAÇÃO DOCENTE

1. Poderia nos dizer sobre a sua experiência profissional, quando começou a trabalhar como professora, que cargo(s) exerceu antes de tornar-se gestora.
2. Há quanto tempo você está exercendo essa função?
3. Como você enxerga sua atuação como gestora de uma instituição de Educação Infantil?


ESPECIFICIDADE DA PESQUISA

1. Agora mais específico quanto às relações estabelecidas nesta instituição, como você enxerga o processo de aproximação entre família e escola?
2. Que tipo de ação é promovida pela escola para estabelecer essa parceria entre a família e a escola?
3. Quais são os principais desafios encontrados pela escola para fortalecer o diálogo entre as duas instituições?
4. Como você avalia a situação atual da escola em relação a parceria com a família?
5. Em quais situações a família busca escola?
6. Como a escola tem buscado estreitar os laços com as famílias?
7. Enquanto gestora, qual avaliação você faz acerca de como a família enxerga a escola?
8. De que forma a escola se organiza para fornecer as informações sobre as vivências que as crianças têm na escola para a família?
9. Existe a elaboração de alguma documentação para descrever as vivências, aprendizados e socializações que as crianças constroem na escola? qual? com qual frequência a família busca essas informações?

10. Fazendo um balanço geral, com qual finalidade/objetivo as famílias procuram a escola?
11. Que tipo de ações a família normalmente cobra da escola?
12. Com base no cotidiano, com que frequência as famílias cobram da escola responsabilidades que são próprias dela? Cite alguns exemplos.
13. Para encerrar, descreva como são as vivências das ações que a escola promove para estabelecer a relação com as famílias das crianças.

Gostaria de agradecer imensamente sua colaboração, atenção e tempo para estabelecer esse diálogo conosco. Sua participação é muito importante. Você gostaria de fazer algum comentário, ressalva ou falar sobre algo que não tenha sido perguntado? Sinta-se à vontade.

APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES - CAMPUS III
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro estar ciente de que o questionário por mim respondido será utilizado para fins da pesquisa de Graduação em Pedagogia. Declaro ainda estar ciente que a pesquisa intitulada **FAMÍLIA NO CONTEXTO ESCOLAR: COMPREENSÕES DA FAMÍLIA ACERCA DA EDUCAÇÃO INFANTIL QUE REFLETEM NO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA**, que está sendo desenvolvida na Universidade Estadual da Paraíba, pela discente Jucelina Hellen Santos da Costa, matrícula 201460360 sob a orientação da Professora Dra. Gillyane Dantas dos Santos, poderá utilizar os dados para publicação de artigos, eventos, pôsteres, dentre outras atividades acadêmicas. Por fim, declaro ciência de que posso escolher parar de participar do estudo quando quiser; e de que as informações por mim cedidas serão tratadas assegurando total confidencialidade e o meu anonimato (em hipótese alguma os dados pessoais: nome, telefone, fornecidos no preenchimento do questionário aparecerão no corpo do trabalho ou nos anexos). Autorizo, portanto, a utilização dos referidos dados, desde que garantidos os fins e as condições acima citadas. Estou consciente que as respostas que darei serão transcritas sendo as informações organizadas, analisadas e publicadas, em parte ou na sua totalidade com vistas ao melhor desempenho da docência.

Olusângela D. L. de Barros. 1976964.
Assinatura da/o colaboradora/or + Número do RG

Jucelina Hellen Santos da Costa
Assinatura da Estudante + Matrícula

Gillyane Dantas dos Santos.
Assinatura da Orientadora
Matrícula: 3309401